

EXCELENTÍSSIMO (a) JUIZ (a) DE DIREITO DA Xª VARA CÍVEL DE BRASÍLIA – DISTRITO FEDERAL.

Processo nº xxxxxxxxxxxx

FULANA DE TAL, qualificada nos autos, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, por intermédio da DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, com fundamento no art. 6º e 10º do CPC, preconizar o seguinte:

Verifica-se, da leitura da inicial, que a causa de pedir está lastreada nas circunstâncias enfrentadas pela autora por ocasião da inscrição na dívida ativa do Estado de São Paulo. Acontece que este fato só fora percebido pela autora (em XXXX) quando do bloqueio judicial em sua conta (f.nº).

Vale realçar que a inscrição na dívida ativa se deu no ano de XXXX, sendo que a suposta notificação fora expedida para endereço diverso do que reside a autora. Para tanto, nesse período, a autora não tinha ciência da lesão sofrida.

Desse modo, tendo em vista a *Teoria da Actio Nata*¹, o termo inicial do prazo prescricional, na hipótese dos autos, somente ocorrera após o bloqueio judicial de valores na conta da autora, não estando a pretensão atingida pela prescrição.

Nesses termos, pede deferimento.

Local, dia, mês e ano

DEFENSOR FULANO DE TAL

¹ DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. CONSUMIDOR. FRAUDE. EMISSÃO DE CHEQUE. INSCRIÇÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE INADIMPLENTES. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. PREJUDICIAL REJEITADA. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA REJEITADA. NOTÍCIA DE REGISTRO NO CARTÓRIO. SUFICIÊNCIA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE CONTRATAÇÃO VÁLIDA. PREQUESTIONAMENTO. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO A DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA. 1. Por aplicação da teoria da actio nata, o prazo prescricional, relativo à pretensão de indenização de dano material e compensação de dano moral, somente começa a correr quando o titular do direito subjetivo violado obtém plena ciência da lesão e de toda a sua extensão, bem como do responsável pelo ilícito, inexistindo, ainda, qualquer condição que o impeça de exercer o direito de ação.? (AgInt no AREsp 639598 / SP, AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL 2014/0336558-9, Relator(a) Ministra NANCY ANDRIGHI (1118), Órgão Julgador, T3 - TERCEIRA TURMA, Data do Julgamento 13/12/2016, Data da Publicação/Fonte, DJe 03/02/2017). Considerando que o prazo prescricional para discutir eventuais danos morais, pela negativação indevida no cadastro de inadimplentes, é de 3 anos, nos termos do art. 206, § 3º, V, do CC, e que o autor propôs a ação em 08/06/16, tendo tomando conhecimento dos fatos no ano de 2014, de acordo com a ocorrência policial nº 10.666/2014-0 (id 1556861), no caso sob exame a pretensão não está fulminada pela prescrição. Prejudicial rejeitada... (omissis)

Recurso conhecido. Prejudicial de prescrição rejeitada. Preliminar de ilegitimidade passiva rejeitada. Improvido. 12.

Condenado o recorrente ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios no valor de 10% da condenação. 13. A súmula de julgamento servirá de acórdão, conforme regra do art. 46 da Lei 9.099/95.

(Acórdão n.1021151, 07142632020168070016, Relator: EDUARDO HENRIQUE ROSAS 3ª Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal, Data de Julgamento: 31/05/2017, Publicado no DJE: 06/06/2017. Pág.: Sem Página Cadastrada.) (grifei)